

## ***Fake news* sobre a vacinação da Covid-19 no Brasil: um funcionamento discursivo**

Fake news about Covid-19 vaccination in Brazil: a discursive functioning

Janete Abreu Holanda<sup>1</sup>  
Universidade Estadual de Goiás - UEG  
jneteholanda@hotmail.com

Monalisa Pedroso Moraes<sup>2</sup>  
Universidade Estadual de Goiás - UEG  
monalisapmoraes@gmail.com

**RESUMO:** Objetivamos analisar enunciados produzidos sobre a vacinação da COVID-19 no Brasil, checados e considerados como *fake news* pela plataforma digital *Aos Fatos*, com vistas a descrever as estratégias discursivas e os jogos de verdade que são acionados na produção dessas materialidades discursivas. Filiamos-nos aos estudos discursivos foucaultianos, por meio de seus postulados sobre verdade e interdição, regimes de verdade e vontade de verdade. Além disso, noções sobre pós-verdade e *fake news* são explanadas, conforme Santaella (2019) e por Zoppi-Fontana (2021). É uma pesquisa de natureza qualitativa, com viés interpretativo-descritivo. Como resultado, percebemos que *Aos Fatos* busca trazer vozes institucionais para interditar o discurso antivacina, estabelecendo quem pode falar e o que pode ser dito. Ao falar, o sujeito-enunciador de *Aos Fatos* recorre, taticamente, à ciência, a qual dá respaldo ao posicionamento do sujeito jornalístico em relação ao tema da vacinação. Assim, fila-se sempre ao melhor especialista da esfera médica para contra-argumentar o que foi dito nas *fake news*, criando um efeito de verdade. Estrategicamente, a agência une-se a vozes jornalística e médica para sustentar uma vontade de verdade que possa valer para todos, amparados no saber científico, na tentativa de desqualificar o que não esteja dentro dos saberes científicos.

**Palavras-chave:** *Fake News*; Vacinação; COVID-19; Análise discursiva; Jogos de verdade.

**ABSTRACT:** We aim to analyze statements produced about the vaccination of COVID-19 in Brazil, checked and considered news by the digital platform *Aos Fatos*, in order to describe the discursive strategies and the truth games that are triggered in the production of these discursive materialities. We affiliate ourselves with Foucauldian discursive studies, through their postulates about truth and interdiction, regimes of truth and will to truth. In addition, notions about post-truth and fake news are explained, according to Santaella (2019) and by Zoppi-Fontana (2021). It is a qualitative research, with an interpretive-descriptive bias. As a result,

---

<sup>1</sup> Doutora em Linguística pela Universidade Federal de Goiás - UFG, com Doutorado-Sanduiche na *Università degli Studi Gabrielle D'Annunzio*, Mestre em Linguística pela Universidade Federal de Goiás- UFG. Docente da Universidade Estadual de Goiás (UEG).

<sup>2</sup> Graduada do Curso de Comunicação Social – Bacharelado em Jornalismo pela Universidade Federal de Goiás, 2006/2009 e Graduada do Curso de Letras da Universidade Estadual de Goiás, Câmpus Cora Coralina, março/2022.

we realize that Aos Fatos seeks to bring institutional voices to interdict the anti-vaccine discourse, establishing who can speak and what can be said. When speaking, the enunciator-subject of Aos Fatos tactically resorts to science, which supports the position of the journalistic subject in relation to the topic of vaccination. Thus, one always queues for the best specialist in the medical sphere to counter-argument what was said in the fake news, creating an effect of truth. Strategically, the agency joins journalistic and medical voices to support a will for truth that can be valid for everyone, supported by scientific knowledge, in an attempt to disqualify what is not within scientific knowledge.

**Keywords:** Fake News; Vaccination; COVID-19; Discursive analysis; Real games.

## Considerações iniciais

O mundo digital, a propagação da internet – com mais possibilidades de acesso – e a generalização do uso de redes sociais como forma de comunicação, interação e informação proporcionam mais agilidade e inúmeras opções de interação. Com esse processo interacional mais tecnológico, os sujeitos<sup>3</sup> acabam por ter acesso a informações que podem estar fora do verdadeiro desta época, as chamadas *fakes news*. Zoppi Fontana (2021, p. 93) diz que:

*fake news* são definidas como notícias falsas ou, no mínimo, não verificadas ou verificáveis, que circulam largamente nas redes sociais e se multiplicam rapidamente pelo mecanismo de compartilhamento desses aplicativos, viralizando quase de forma imediata a sua publicação.

Assim, o espaço virtual é constituído como um lugar propício para circular as *fake news*, mas os sujeitos discursivos, fomentados por uma vontade de verdade, consideram os enunciados produzidos como verdadeiros.

Diante dessa realidade, podemos dizer que vivemos em uma época em que todos (re)produzem enunciados sem mesmo antes se questionarem se aquilo que está sendo dito pode ser falso, devido à vontade de verdade (modo de institucionalizar um discurso<sup>4</sup>). Segundo Santaella (2019, p. 37), “por estarem retidas dentro de suas próprias cavernas platônicas tornam-se [pessoas] incapazes de furar o bolsão de suas crenças fixas para enxergar algumas clareiras fora delas”.

Dessa forma, muitas vezes, o leitor, somente pelo nome de quem o diz ou o divulga, já considera tal discurso como verdadeiro, mesmo sem o analisar e discutir, simplesmente pela figura de autoridade do autor ou de quem o repassa. Veiga-Neto (1996, p. 88), apoiado em Foucault, conduz-nos a determinados questionamentos ao dizer que:

Ao invés de perguntar ‘isso é verdadeiro?’, é melhor perguntar ‘como isso se tornou verdadeiro?’, ‘que efeitos tal verdade produz?’, ‘qual nossa relação com essas verdades?’, ‘poderemos alterar essa ou aquela verdade? Como se vê, ao contrário do

---

<sup>3</sup> Quando nos referimos ao sujeito, estamos entendendo-o como sujeito discursivo, marcado e formado pela memória discursiva (interdiscurso), na qual estão presentes todos os discursos que foram produzidos ou que seriam possíveis de serem produzidos. De acordo com Fernandes (2008, p. 24): “[...] o sujeito discursivo deve ser considerado sempre como um ser social, apreendido em um espaço coletivo; portanto, trata-se de um sujeito não fundamentado em uma individualidade, em um “eu” individualizado, e sim um sujeito que tem existência em um espaço social e ideológico, em um dado momento da história e não em outro”.

<sup>4</sup> Para Foucault (2014), o discurso não é apenas a palavra pronunciada ou escrita, mas também um conjunto de ações dotadas de significados, que em nossa sociedade é alvo de disputa e controle, a fim de que se conjure seus poderes e perigos.

que afirma alguns de seus críticos, para Foucault as verdades existem sim, mas ‘são deste mundo’.

Conforme os questionamentos de Veiga-Neto, a verdade é uma produção histórica. Se levarmos em conta essa afirmação, podemos entender que os enunciados considerados como *fake news* sobre a vacinação da COVID-19<sup>5</sup>, no Brasil, “são deste mundo”. Mesmo diante de demonstrações científicas sobre a eficácia da vacina, há quem acredite que ela não seja eficaz.

No Brasil, o debate sobre *fake news* começou a ser mais difundido durante e após a campanha eleitoral de 2018. Com a pandemia da COVID-19, em 2020, a propagação de notícias falsas aconteceu de tal maneira que muitos indivíduos duvidaram até mesmo da existência da doença. Depois de quase nove meses de pandemia, em dezembro de 2020, com o avanço da produção de vacinas para combater o vírus, diversos enunciados que foram produzidos e circulavam como *fake news* voltaram-se para o efeito da vacina, provendo e fortalecendo um movimento de antivacinação. Atualmente, em fevereiro de 2022, o confronto, principalmente nas redes sociais, ainda existe: as vacinas são eficazes ou não? É necessário vacinar-se ou não? É seguro vacinar as crianças ou não?

Diante disso, nesta pesquisa, recorreremos aos referenciais epistemológicos foucaultianos sobre verdade, discurso e procedimentos de exclusão (interdição, regime de verdade e vontade de verdade) para descrevermos as estratégias discursivas e os jogos de verdade que são acionados na produção das materialidades discursivas consideradas *fake news*. Ao versarmos sobre a noção de verdade, explanamos também sobre o conceito de pós-verdade, com Zoppi Fontana (2021), Santaella (2019), Carvalho e Mateus (2018), entre outros, por acreditarmos em uma proximidade entre pós-verdade e verdade. Ao adotarmos esse campo como referencial, nesta pesquisa, compreendemos que os processos semânticos são construídos por uma determinação histórica e que tudo que se produz e circula em notícias legitimadas como *fake news* é historicamente possibilitado.

Para as nossas análises, selecionamos recortes de enunciados que foram retirados da plataforma digital *Aos Fatos*<sup>6</sup>, destinada, segundo o próprio site, à prática do *fact-checking* (checagem de fatos), isto é, nosso recorte é composto por notícias que viralizaram nas redes sociais e que foram configuradas, posteriormente, pela plataforma, como *fake news*. Dessa forma, essa plataforma digital age como uma agência de checagens com a finalidade de verificar se o que é dito pode estar no verdadeiro ou não, exercendo o poder de identificar as notícias a

---

<sup>5</sup> Doença infecciosa causada pelo vírus SARS-CoV-2, que disseminou uma pandemia em 2020/2021, com efeitos até o atual momento, 2022.

<sup>6</sup> Disponível em: <[www.aosfatos.org](http://www.aosfatos.org)>.

partir de classificações que autenticam o grau de veracidade, nesta escala: **verdadeiro**, (informação correta, mas o leitor merece mais atenção), **impreciso** (informação necessita de contexto para ser verdadeira), **exagerado** (informação no caminho correto, mas há um exagero), **insustentável** (não há dados públicos que corroborem a informação), **contraditório** (a informação contradiz outra reproduzida antes pela mesma fonte) e **falso** (a informação está comprovadamente incorreta).

Vale aqui ressaltar que este trabalho não objetiva desvelar as verdades ou mentiras veiculadas, como fazem as agências de checagem, mas pretendemos identificar como os discursos considerados falsos são construídos para ter efeito de verdade. Metodologicamente, propomo-nos a observar esses enunciados qualitativamente, a partir da descrição e da interpretação desse fenômeno, bem como verificar como tal acontecimento, que é discursivo, faz funcionar certas estratégias e determinados jogos de verdade.

Para iniciarmos as nossas explicações, passemos agora a um debate sobre verdade e pós-verdade, articulando a discussão sobre ambas as noções. Ressaltamos que, nos próximos tópicos, queremos mostrar a possível proximidade entre pós-verdade e verdade.

### **A questão da verdade**

Para entendermos a verdade, recorreremos ao sentido atribuído por Foucault (2006), o qual não nos apresenta um conceito, mas nos esclarece como a circulação de determinados enunciados acaba construindo historicamente as verdades. Os enunciados considerados verdadeiros são construídos pelas instituições sociais para controlar e circular os sentidos possíveis em um tempo e espaço.

Para Foucault (1979) existe uma “economia política da verdade”, ou seja, por meio do discurso científico e de instituições, a verdade é constituída e transmitida na nossa sociedade. Esses sistemas de poder que produzem e sustentam verdades são formados como regimes de verdade. Se pensarmos dentro dessa lógica, na atualidade, com o processo da pandemia, podemos identificar a construção de regimes de verdades.

A exemplo, encontramos vários enunciados produzidos nas redes sociais sobre a vacinação da COVID-19, no Brasil. Esses enunciados constituem uma verdade para esta época. Quando os sujeitos discursivos, nas redes sociais, por exemplo, falam sobre a vacinação, há vontade de conhecer a verdade, vontade de verdade.

Como podemos constatar, a verdade, em Foucault, é construída historicamente e leva à relação de poder. Com essa forma de pensar, Foucault rompe com a visão estabelecida de verdade como unívoca e imutável, que permanece inabalável com o passar dos tempos. Ele constata, então, que a verdade é algo criado em um determinado tempo e em uma determinada sociedade. Em *A Verdade e as Formas Jurídicas*, Foucault deixa isso evidente:

Meu objetivo será mostrar-lhes como as práticas sociais podem chegar a engendrar domínios de saber que não somente fazem aparecer novos objetos, novos conceitos, novas técnicas, mas também fazem nascer formas totalmente novas de sujeitos e de sujeitos de conhecimento. O próprio sujeito de conhecimento tem uma história, a relação do sujeito com o objeto, ou, mais claramente, *a própria verdade tem uma história* (FOUCAULT, 2002, p. 8, grifos nossos).

Ou seja, em um dado momento histórico o discurso é validado, sofre dispersão, silenciamento e apagamentos. Nessa perspectiva, há momentos, lugares e sujeitos qualificados, legitimados para produzirem um conjunto de conhecimentos, técnicas, discursos científicos que se enredaram. Nesse sentido, sob a ótica foucaultiana, a verdade é produzida, sustentada, valorizada e regulada por uma série de mecanismos, técnicas e procedimentos que são o complexo campo constitutivo das relações de poder em que vivemos.

Pensando dessa forma, podemos perceber sujeitos posicionando-se ao construírem discursos sobre a vacinação da COVID-19. Então, o sujeito discursivo, ao dizer sobre a importância de se vacinar ou de não se vacinar, pode estar posicionado em favor da “ciência” ou em oposição a ela.

Para Foucault, as verdades são, portanto, da ordem da produção. Elas só passam a existir a partir de uma trama política de poderes e, assim, conseguem adentrar todo o tecido social, governando as relações que ali se fazem. Foucault (1979, p. 13-14) considera verdade como sendo um “[...] conjunto das regras segundo as quais se distingue o verdadeiro do falso e se atribui ao verdadeiro efeitos específicos de poder [...] conjunto de procedimentos regulados para a produção, a lei, a repartição, a circulação e o funcionamento dos enunciados”.

Essa concepção permite-nos identificar a verdade de um ponto de vista estritamente discursivo. Na perspectiva de Foucault, a sociedade incorpora e coloca para funcionar, como verdadeiro, somente os discursos identificados com o saber científico, que produz efeitos de poder devido à objetividade e à neutralidade atribuídas à ciência e às instituições que a promovem.

Na sua aula de 23 de janeiro de 1974, Foucault nos apresenta uma breve história da verdade, mostrando a existência de duas grandes tecnologias políticas de extração da verdade: *verdade-acontecimento* e *verdade-demonstração*.

### **A relativização da verdade**

A verdade-acontecimento é considerada pelo filósofo francês como algo muito antigo no Ocidente. Pela própria denominação dada por ele, podemos entender que o enunciado que circula com efeito verdadeiro é produzido como acontecimento, num espaço e num tempo específicos. Ou seja,

Seria o posicionamento de uma verdade dispersa, descontínua, interrompida, que só falaria ou que só se produziria de tempo em tempo, onde bem entender, em certos lugares; uma verdade que não se produz o tempo todo, nem para todo mundo; uma verdade que não nos espera, porque é uma verdade que tem seus instantes favoráveis, seus lugares propícios, seus agentes e seus portadores privilegiados (FOUCAULT, 2006, p. 303).

Portanto, a verdade-acontecimento é o discurso que se rompe, aparece e obedece a um conjunto de regras. Se levarmos em consideração essa perspectiva do filósofo, entendemos que as notícias classificadas como *fake news* também podem ser consideradas verdade-acontecimento. A partir das definições de Foucault (2006), é possível afirmar que as irrupções de vários enunciados ocorridos nas redes sociais sobre a vacinação da COVID-19, no Brasil, constituem uma verdade para esta época como acontecimento discursivo, já que provocou a produção de um conjunto de textos dispersos em diversas materialidades. Ou seja, uma infinidade de textos orais, escritos, formais e informais surgiu durante e depois da ocorrência desse fato. Assim, o autor chama de acontecimento a irrupção de uma singularidade única em lugar e momento de sua produção. Dessa forma, a emergência dos dizeres sobre a vacina da COVID-19 promove uma ruptura e inaugura um novo regime de enunciabilidade, uma singularidade histórica, escapando à linearidade, às meta-narrativas, às causalidades e às totalizações.

Porém, encontramos também, segundo Foucault, a verdade-demonstração: uma verdade descoberta, pois segue os mesmos princípios da demonstração científica. Na atualidade, a tecnologia da verdade-demonstração encontra-se naturalizada como a forma “racional”, “normal” de pensar. Em *O Poder Psiquiátrico*, Foucault faz referência à verdade-

demonstração, onipresente e revelada mediante demonstração, segundo Foucault (2006) reside em todos os lugares para onde se lança o olhar. Trata-se de uma verdade que não acontece, mas que já está e já é sempre, só precisa ser descoberta.

Nesse sentido, com as tecnologias da verdade, por meio do pensamento de Foucault, podemos associar esses seus postulados à pós-verdade.

Ao analisarmos a morfologia da palavra pós-verdade, não podemos restringir o significado do prefixo “pós” ao tempo posterior a alguma situação ou evento. Devemos entendê-lo com um sentido de “superado”, como se a verdade, atualmente, não seja mais uma referência a dúvidas, incertezas. “A ‘pós-verdade’ é o indicativo de uma relação fragilizada com a ciência, quase amedrontada de tomar uma posição com a qual se comprometa com adesão, sem constituir um corpo coerente e afirmativo” (LACERDA; DI RAIMO, 2021, p. 46). De acordo com Carvalho e Mateus (2018, p. 6), “o conceito de pós-verdade é baseado na banalização da verdade, ou seja, dados objetivos são ignorados, e o apelo na formação da opinião junto ao público fala mais alto que a veracidade dos fatos, criando uma confusão sobre a realidade”.

Assim, ao não se importar com os fatos em si, invocando a opinião e o emocional dos sujeitos discursivos, negando os fatos consolidados de uma época e a ciência (verdade-demonstração) e, portanto, construindo um jogo de verdade, a pós-verdade possibilita a propagação e a legitimação de *fake news*. Nesse sentido, “as notícias falsas se transformam em verdadeira indústria de alta produtividade, tornando-se terreno fértil para o império da pós-verdade” (PEROSA, 2017 apud SANTAELLA, 2019, p. 51).

Contudo, a banalização da verdade não surgiu com a pós-verdade, ela é uma tradição cultural. Porém, as novas configurações tecnológicas permitem a circulação de *fake news* em tempo real, bem como possibilitam que, em um clique, forme-se uma grande rede, sendo que sua proliferação, contemporaneamente, passa por um ritual para a verificação da veracidade para o que se diz. Por exemplo, dentre as várias plataformas de checagem de fatos das notícias que viralizaram nas redes sociais, encontramos a *Aos Fatos*, que se utiliza de estratégias para classificar como falsas as informações que estejam circulando, na *internet*, fora de uma ordem discursiva da ciência.

Resumidamente, podemos entender a pós-verdade como a negação a acontecimentos discursivos marcados historicamente no domínio científico em favor de uma crença particular ou de uma opinião formada. Quando voltamos nosso olhar para os enunciados classificados como *fake news* sobre a vacinação, percebemos isso bem, pois o sujeito discursivo enuncia a

partir de uma posição contrária aos saberes legitimados, tentando estabelecer uma verdade entre várias possíveis.

De toda forma, valendo-se das formulações foucaultianas sobre a verdade, podemos afirmar também que, na pós-verdade, a verdade é construída por um sistema de regras e procedimentos, em determinados lugares e tempos. Com essa perspectiva, só podem ser formulados os discursos autorizados, legitimados pelo sistema de relações que regula as práticas discursivas, ou seja, o que já está determinado por outros ditos (enunciados).

Qualquer sujeito, ao produzir discursos, não é livre para dizer o que quiser, é controlado por meio de uma ordem do discurso, isto é, por um conjunto de mecanismos de controle dos discursos. Nessa perspectiva, a palavra não circula de qualquer forma, em qualquer lugar, nem pode ser enunciada por todo sujeito, em todas as ocasiões. Como dissemos no final do tópico anterior, há procedimentos de controle para poder dizer.

Por exemplo, as chamadas agências de *fact-checking*, em uma ordem discursiva, afirmam ou reafirmam uma verdade sobre o tema da vacinação, estabelecendo uma vontade de verdade. Nesse sentido, sempre que se tem um ato comunicativo, os sujeitos discursivos adotam uma posição, e no caso as agências, como uma das instituições de nossa sociedade, adotam uma posição ao classificarem as notícias como *fake news*.

Em *A Ordem do Discurso*, Foucault (2014) esclarece-nos bem sobre esses sistemas específicos do controle da produção e circulação dos discursos na sociedade. Nessa obra, o filósofo francês detalha os modos de controle do discurso: a interdição, a sujeição e a rarefação. Esses princípios controladores são classificados em internos e externos. Buscamos explicar, neste momento, somente dois procedimentos externos: a vontade da verdade e a interdição. Esclarecemos que, quando Foucault chama de procedimento externo, deixa-nos a entender que são instituições sociais que realizam esses procedimentos. Podemos aqui citar o jornalismo, que é instituído e reconhecido socialmente e que busca exercer uma vontade de verdade sobre a produção discursiva, que é sempre posicionada de acordo com a editoria, a hierarquia e as regras de determinado veículo de comunicação.

Ainda nessa obra, Foucault revela-nos como é difícil e perigoso tomar a palavra, pois toda produção do discurso é controlada, selecionada, organizada e redistribuída, isto é, segue uma lógica, não é aleatória e se associa a relações de poder.

### ***Fake news*: vontade de verdade e um processo de interdição**

A vontade de verdade, segundo Foucault, é um modo de institucionalizar certos discursos. Com esse posicionamento do teórico, podemos perceber que não há uma única verdade (como já explanamos no tópico anterior), mas há uma vontade de verdade coletiva, social, histórica e estrategicamente localizada. E com a vontade de verdade, cada sociedade, em cada época, constrói campo estratégico no qual a verdade é produzida e se torna um elemento tático no funcionamento de certo número de regras e de relações de poder. Se pensarmos dessa forma, podemos perceber o procedimento de exclusão na construção de notícias ao serem classificadas como *fake News*, pois sujeitos posicionam-se segundo as regras da ordem discursiva da ciência, ou seja, da vontade de verdade do discurso científico.

Nesse viés, aqui cabem as seguintes perguntas: Isso a que hoje se nomeia “pós-verdade” ou “*fake news*” não seria apenas uma outra configuração para um fenômeno bem antigo, a saber, a mentira na política? Será que o ato de mentir, historicamente, não foi um meio de controlar os dizeres para se manter no poder?

Esses questionamentos fazem-nos lembrar de *A Arte da Mentira na Política* – obra de mais de 307 anos, atribuída por muito tempo a Jonathan Swift (1667-1745), mas, na verdade, de autoria de John Arbuthnot (1667-1735) – que já antecipava e explicitava a problemática relação entre política e verdade, devido à capacidade do ser humano de mentir e demandar por enganação, dois séculos antes do início da popularização da expressão *fake news*. O autor Jean-Jacques Courtine, que faz uma leitura do livro *A Arte da Mentira na Política*, explica que:

Para dar à mentira a dignidade que a remonta aos firmamentos das artes, deve-se edificá-la em sistema. [...] A constituição de uma “sociedade de mentirosos”, que estaria a cargo de forma exclusiva da enganação política. [...] É necessário dispor de uma massa de crédulos prontos a repetir, expandir, disseminar por toda parte as falsas notícias que foram forjadas por outros (COURTINE, 2006, p. 20-21).

Podemos perceber que uma mentira deve ser mantida por “uma massa de crédulos”. Isso é bem evidenciado e semelhante à indústria de *fake news*, atuante nos dias de hoje, na *internet* e nas redes sociais. Nessa indústria, ao enunciarem sobre a vacinação da COVID-19, por exemplo, há mecanismos que determinam quem pode falar, o que pode ser dito e em que circunstâncias se pode falar.

Além disso, quando encontramos, na atualidade, as agências de *fact-checking* classificando notícias sobre a vacinação da COVID-19 como *fake news*, entendemos que elas proibem, interditam ou mesmo cancelam (uma cultura da modernidade) o que esteja fora de

uma ordem científica. Em relação ao processo de interdição, Foucault o classifica em três tipos: 1. **a palavra proibida ou o tabu do objeto**: Não se pode falar sobre a antivacinação da Covid-19; 2. **o ritual da circunstância**: falar sobre a vacinação só pode ser feito em determinadas ocasiões; 3. **o direito privilegiado ou exclusivo do sujeito que fala**: há determinados discursos que só podem ser proferidos por determinados sujeitos. Ou seja, só alguns sujeitos podem falar sobre a vacinação da COVID-19, por exemplo, os cientistas, enquanto outros devem ser interditados.

Assim, quando entramos no campo jornalístico, especificamente o das notícias classificadas como *fake news* sobre a vacinação, percebemos bem esses mecanismos de interdições, os quais não permitem dizer fora de uma ordem discursiva. Se alguns sujeitos discursivos adotarem uma outra posição (não defender a vacina) estão em uma outra ordem discursiva. Dessa maneira, quando as agências consideram os enunciados como *fake news*, adotam uma posição a qual não é a mesma materializada nas notícias falsas. É interessante ressaltarmos, ainda, que considerar uma notícia como falsa é uma forma de impedir a circulação de enunciados sobre a antivacinação da COVID-19.

Diante do que foi exposto, entendemos, conforme Foucault, que as interdições, no caso das notícias consideradas *fake news* sobre a vacinação, podem ocorrer estrategicamente utilizando-se vários campos de saberes, e um deles é a ciência, ou da verdade-demonstração.

### ***Fake News*: um funcionamento em análise**

Como já foi sinalizado, a partir desse momento, pretendemos analisar alguns enunciados que dão forma de existência aos discursos produzidos sobre a vacinação da COVID-19 checados e considerados como *fake news* pela plataforma digital *Aos Fatos*, no Brasil.

Em virtude da quantidade de textos checados pela agência *Aos Fatos*, realizamos um recorte, tendo a nossa análise incidida somente sobre dois enunciados, considerados falsos pela agência, dos quais percorremos a rede discursiva que foi se formando a partir deles. Assim, a análise procura: compreender o enunciado na estreiteza e singularidade de sua situação; determinar as condições de sua existência; estabelecer suas correlações com outros enunciados a que estão ligados; mostrar que outras formas de enunciação ficam excluídas.

A seguir, apresentamos alguns recortes de enunciados para analisarmos.

A Figura 1 abaixo, conforme a agência *Aos Fatos*, circulou no *Facebook*, no *Twitter* e no *WhatsApp*. Porém, a postagem original já não está mais disponível nas redes sociais, ou melhor, já foi interditada.

Figura 1 - Passaporte sanitário é sobre controle



Fonte: Postagem pública em site de Aos Fatos<sup>7</sup>.

Ao observarmos a materialidade, encontramos o uso das interrogações. Em um primeiro momento, podemos até pensar que se abre uma possibilidade para o sujeito-leitor responder, segundo a circunstância. Mas, o que se observa é que as interrogações feitas acabam tomando a palavra não para expressar uma dúvida ou exigir uma resposta, mas para marcarem e impedirem àqueles a quem se fala a possibilidade de poder negar ou mesmo responder. Assim, constrói-se um discurso através de perguntas retóricas, simulando uma participação do sujeito-leitor, o qual também deve filiar-se a mesma ordem discursiva sobre a ineficácia da “picada”, neste momento da pandemia.

Ao enunciar que o passaporte sanitário é um controle e caracterizar as seringas em formato de suástica nazista, o enunciador associa o seu dizer a um já-dito, segundo o qual se trata de regimes ditatoriais que proibiram/proíbem a circulação e a liberdade, conotando um sentido negativo sobre a vacinação. Nesta complexa existência em rede do enunciado, reatualiza-se o enunciado em questão pelo *status* de enunciado do passado que emerge em outro enunciado do presente. Assim, emergem dizeres anticomunistas em função de um momento no qual se vivencia uma intensa polarização política, no Brasil. Nesse movimento, a memória e o esquecimento funcionam para a construção do que pode estar circulando como verdadeiro durante a pandemia da COVID-19.

Zoppi-Fontana (2021) esclarece-nos que é “no regime do anonimato, de uma voz sem nome, que as *fake news* são produzidas e postas a circular, apagando também as circunstâncias

7

Disponível em: [https://static.aosfatos.org/media/cke\\_uploads/2021/09/20/vejaqui\\_vacina\\_nao\\_eficaz\\_20\\_9\\_21.jpg](https://static.aosfatos.org/media/cke_uploads/2021/09/20/vejaqui_vacina_nao_eficaz_20_9_21.jpg). Acesso em: 20 set. 2021.

concretas de sua enunciação” (ZOPPI-FONTANA, 2021, p. 95). Se levarmos em consideração o que foi dito por Fontana, podemos considerar o enunciado da Figura 1 fazendo parte de um regime de anonimato, mas que põe em jogo o saber científico e o posicionamento político, personificado na figura do nazismo. Na perspectiva foucaultiana, trata-se de uma verdade-acontecimento, a ser dissipada mediante, quando notamos o quantitativo de compartilhamentos da notícia (148 repostagens).

Ao se materializar a palavra “picada”, podemos questionar, conforme Foucault, o que se pode determinar com o surgimento da palavra “picada” no lugar de “vacina”. Na atualidade, devido ao debate (e à polêmica) sobre a doença e a imunização, mecanismos próprios da internet fazem “varreduras” e controlam as postagens que usam determinados vocábulos sobre o tema, tais como vacina, COVID-19, imunização, vacinação, entre outros. Segundo os termos de uso das redes sociais, se o contexto da postagem for considerado inapropriado (ou falso, isto é, *fake*), este é automaticamente excluído, isto é, interditado. Logo, ao saber desse processo de controle, os sujeitos do discurso foram “obrigados” a usar a palavra “picada” para que a postagem não fosse deletada (interditada) rapidamente.

E o processo de interdição não cessa, quando a plataforma *Aos Fatos* conecta-se a outros discursos, corroborando sua posição ou depreciando e refutando outro discurso que não faça parte da mesma formação discursiva, ou seja, “um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço que definiram em uma época dada e para uma área social, econômica, geográfica ou linguística dada, as condições de exercício da função enunciativa” (FOUCAULT, 2009, p. 144).

Há, também, enunciados que respondem ao enunciado da Figura 1, colocando em dúvida o seu *status*.

E1 - *A picada previne mortes? Não.*

É falso dizer que os imunizantes contra a Covid-19 não são capazes de evitar mortes, pois há dados que comprovam a capacidade das vacinas de evitar o agravamento do quadro da doença e a necessidade de internação. Para obter a autorização de uso no Brasil, as fabricantes tiveram que enviar documentos que informam [a eficácia do imunizante para casos graves](#). A vacina da Pfizer apresentou [eficácia de 95,3%](#) sete dias após a segunda dose, segundo a bula. A da Janssen [varia entre 81,6% e 87,6%](#) para casos graves de Covid-19, de acordo com a documentação enviada pelo laboratório à Anvisa. A CoronaVac mostrou sua eficácia em um estudo com a população de Serrana (SP), [que teve redução de 95% nas mortes por Covid-19](#) após a imunização de 28 mil adultos. Um estudo semelhante em Botucatu, com a vacina da AstraZeneca, [mostrou queda de 86,7%](#) de internações em UTIs (Unidades de Terapia Intensiva). Na Colômbia, uma pesquisa publicada pelo [Ministério da Saúde e Proteção Social](#) aponta que CoronaVac, AstraZeneca, Pfizer e Janssen protegem contra hospitalizações e óbitos de idosos a partir de 60 anos, população mais vulnerável ao vírus. Um estudo

semelhante [organizado pela Fiocruz \(Fundação Oswaldo Cruz\) no Brasil](#), que avalia mais de 66 milhões de registros, incluindo óbitos, também demonstra resultados iniciais positivos.<sup>8</sup>

No enunciado acima, há um esforço para que o dizer contrário à vacinação seja excluído, ao se construir um “quebra cabeça” por meio de uma verdade-demonstração, ao se utilizar de *hiperlinks* para estabelecer a refutação da agência *Aos Fatos* em relação à posição no enunciado considerado falso.

No enunciado 1, por exemplo, o que encontramos é uma explicação estritamente científica para os efeitos da vacina. Assim, *Aos Fatos* busca trazer as vozes institucionais (Ministério da Saúde e Proteção Social, Fiocruz) para interditar o discurso da antivacina e para fazer prevalecer somente aquilo que possa ser validado como verdadeiro. Assim, a voz de especialistas no assunto marca o domínio associado, do qual se vale explicar aos sujeitos-leitores a eficácia da vacina, com dados percentuais. Estrategicamente, a ciência dá respaldo à posição do sujeito-jornalista em relação ao tema da vacinação, estabelecendo o reconhecimento do discurso científico, no jornalismo, isentando-o de todo questionamento. Então, essas vozes legitimadas, que aparecem, conferem visibilidade à vontade de verdade, dando sustentação ao discurso jornalístico.

O sujeito-enunciador de *Aos Fatos*, ao impelir uma vontade de verdade, marca uma oposição em relação ao discurso de morte. Com a sua vontade de verdade, constrói-se outra perspectiva em que se pode acreditar, rebatendo a pergunta colocada no enunciado da Figura 1 para conferir o *status* de verdadeiro à checagem que realiza, ao dizer que:

E2 - Não há vacina 100% eficaz, conforme o **Aos Fatos** (veja [aqui](#) e [aqui](#)) já explicou, e a imunidade coletiva depende de uma cobertura vacinal ampla. Renato Kfoury, médico e diretor da SBIIm (Sociedade Brasileira de Imunizações), afirma que [a queda do número de hospitalizações e de óbitos diários](#) desde o início da imunização é uma forma de ver que as campanhas de vacinação já geram efeitos positivos no Brasil.<sup>9</sup>

Ao verificarmos a materialização do nome da instituição *Aos Fatos*, demarca-se uma posição assumida, pois, como a própria agência diz, ela “já explicou” ao sujeito-leitor os conhecimentos científicos necessários para compreender a invalidade do que se disse no enunciado falso.

Seguindo a análise do enunciado 2, o sujeito jornalista apropria-se de dados percentuais para poder refutar a outra formação discursiva antivacina, pois, afinal “não há vacina 100%

<sup>8</sup> Fonte: Postagem pública em site de *Aos Fatos*. Disponível em: <<https://www.aosfatos.org/noticias/e-falso-que-vacinas-nao-sao-eficazes-contrainfeccao-e-morte-por-covid-19/>>. Acesso em: 20 set. 2021.

<sup>9</sup> Fonte: Postagem pública em site de *Aos Fatos*. Disponível em: <<https://www.aosfatos.org/noticias/e-falso-que-vacinas-nao-sao-eficazes-contrainfeccao-e-morte-por-covid-19/>>. Acesso em: 20 set. 2021.

eficaz”. Ao trazer uma voz do campo científico, com dados legitimados pela SBIIm, a agência pode validar, legitimar “a vida”, ao afirmar a queda de óbitos com a imunização. Assim, a voz dessa instituição e a voz da ciência unem-se para sustentarem uma verdade que possa valer para todos, pois “as campanhas de vacinação já geram efeitos positivos no Brasil”. Mesmo que esse discurso venha de fontes especializadas, os sujeitos- leitores dão também credibilidade à agência.

Ao mobilizar saberes científicos, coloca-se em evidência uma disputa de sentidos, mas prevalecendo uma verdade hegemônica - a eficácia da vacina. Nessa rede constituída de enunciados, o saber não científico é um saber interdito, uma vez que ele se constitui dentro de um bloco de saber desqualificado pela ordem hegemônica, considerado insuficiente para afirmar algo sobre a vacinação.

Fazendo parte dessa rede, encontramos outro enunciado, considerado falso pela agência.

Figura 2 - As pessoas podem morrer



Fonte: Postagem pública em site de *Aos Fatos*<sup>10</sup>.

Notemos que há a evocação da voz de um médico para sustentar um discurso com valor de verdade. Ao utilizar o trecho “diz neurocirurgião”, convoca-se um especialista para legitimar e colocar em cheque a eficácia da vacina. Também, ao lançar mão dessa estratégia, o sujeito que enuncia acaba instaurando um aliado na construção discursiva e na corroboração da posição assumida. Com essa mesma estratégia, o sujeito-enunciador formata seu dizer de acordo com as notícias jornalísticas e a plataforma *Aos Fatos*. Ao ter o mesmo recurso utilizado em notícias de jornais, o sujeito-enunciador consegue constituir uma verdade-acontecimento que

<sup>10</sup> Disponível em: <[https://static.aosfatos.org/media/cke\\_uploads/2020/10/26/coronavac-mais-letal-que-covid.jpg](https://static.aosfatos.org/media/cke_uploads/2020/10/26/coronavac-mais-letal-que-covid.jpg)>. Acesso em: 20 set. 2021.

vai se propagando e prolongando a rede.

Entretanto, essa verdade-acontecimento é interdita, quando *Aos Fatos* utiliza o símbolo X marcado em toda a página da postagem. E, fazendo parte do jogo discursivo, *Aos Fatos* estabelece outra vontade de verdade, ao negar a afirmação do neurocirurgião:

E3 - Não é verdade que a porcentagem de voluntários com reações adversas à CoronaVac indica que a vacina da chinesa Sinovac Biotech testada pelo Instituto Butantan pode matar mais do que a própria Covid-19. A alegação enganosa circula nas redes sociais ([veja aqui](#)) com base em uma declaração do neurocirurgião Paulo Porto de Melo, que comparou incorretamente uma taxa estimada de letalidade da doença e a parcela dos que receberam a imunização na China e tiveram algum efeito colateral.<sup>11</sup>

Para estabelecer campos de saberes antagônicos, o sujeito-enunciador marca linguisticamente, no seu discurso, a negativa *não*, materializando-se em duas posições, a linha divisória entre o que pode ser formulado e o que não pode. Ao se negar, na organização desse discurso, contrapõe-se ao dizer sobre a vacina chinesa Sinovac Biotech, que essa pode matar mais. Outra marca linguística de construção de antagonismo discursivo é o advérbio “*incorretamente*”, que modaliza a posição de *Aos Fatos* em relação à fala do neurocirurgião. Dessa forma, o enunciado da agência descarta as verdades antes construídas com saberes estatísticos e médicos, com seus números, dados, gráficos e previsões, que não demonstravam corretamente a taxa de letalidade. Assim, estrategicamente, no enunciado 3, constitui-se o efeito de sentido de que a vacina é eficaz. E, quando se nega, ele atribui ao seu discurso o estatuto de verdade e classifica o outro como falso.

Podemos novamente perceber o mesmo mecanismo discursivo no uso de *hiperlinks* para estabelecer uma rede de vozes que legitimam uma verdade-demonstração, por meio da qual a agência desestabiliza os sentidos construídos sobre a “alegação enganosa” da afirmação do médico entrevistado pela dita *fake*.

E na continuidade dessa rede discursiva, encontramos a seguinte sequência discursiva:

E4 - Procurado por **Aos Fatos**, o Instituto Butantan explicou ainda que esses 5,36% não são resultado de um estudo clínico, mas da observação do uso emergencial da CoronaVac na China, e que o estudo de fase 3 que vem sendo desenvolvido no Brasil pretende comprovar esses números. A instituição ressaltou ainda que não houve morte nem efeito colateral grave registrados nos testes até o momento.

O Butantan também divulgou resultados parciais dos efeitos da vacina em voluntários brasileiros [no dia 19 de outubro](#). Segundo Covas, 35% dos 9 mil voluntários tiveram reações adversas, sendo todas elas de baixo grau. Após a primeira dose, os efeitos mais identificados

<sup>11</sup> Fonte: Postagem pública em site *Aos Fatos*. Disponível em: <<https://www.aosfatos.org/noticias/e-falso-que-coronavac-pode-matar-mais-que-covid-19-medico-faz-comparacao-enganosa/>>. Acesso em: 20 set. 2021.

foram dor no local da aplicação (19%) e dor de cabeça (15%). Na segunda dose da vacina, as reações adversas mais comuns foram dor no local da aplicação (19%), dor de cabeça (10%) e fadiga (4%).

Já o [estudo citado pelo neurocirurgião](#) sobre a letalidade da Covid-19, publicado há poucas semanas, estima que a média da mortalidade da doença em todo o mundo seja de 0,27%. O levantamento feito por um pesquisador da Universidade de Stanford, que revisou diversos artigos sobre o assunto, no entanto, tem limitações: não levou em conta a diferença etária nem separou dados de pacientes com comorbidades, que formam o grupo de risco da infecção.<sup>12</sup>

Assim, no fio discursivo, o sujeito-enunciador vale-se de dados percentuais, mais uma vez, estabelecendo dois polos sobre a vacina: não letalidade X letalidade. Entre o que diz o Butantan e o que diz o neurocirurgião, as resistências se exercem reciprocamente, pois são lugares institucionais legitimados socialmente na divulgação do saber, por isso mesmo, são dois segmentos sociais que controlam o que deve ser dito ou não dito. Por isso, lutam pela sobreposição de seus discursos, para isso, cada um usa o argumento que está ao seu alcance. Novamente, os dados percentuais criam o efeito da certeza, pois são eles que sustentam a verdade contida. Esse efeito de real é instalado para estabelecer o caráter de verdade e, conseqüentemente, a credibilidade. Ao enunciar, faz-se proliferar o efeito de verdade respaldado por esse poder-saber e, desta maneira, levar o sujeito-leitor a perceber a realidade e o perigo de não vacinar.

Notemos que *Aos Fatos* evoca a voz do Instituto Butantan para desmoralizar o dizer do neurocirurgião e também tenta sustentar o discurso de validação da vacina. Ao dizer que “não levou em conta a diferença etária e nem separou dados de pacientes com comorbidades”, a agência reforça que o dizer desse médico é inverossímil, colocando em cheque a legitimidade do que diz. Conseqüentemente, o que está enunciado produz discursos vazios por não terem argumentos necessários para comprovar o que dizem.

Para reforçar essa verdade e desqualificar o médico, o sujeito enunciador continua a dizer:

**E5 - Outro lado. Aos Fatos** trocou e-mails com o médico para elucidar pontos da argumentação dele na entrevista (veja [aqui](#) e [aqui](#)). Ao ser perguntado sobre a fonte para sua afirmação de que a vacina poderá matar mais do que a doença, Melo respondeu que o tempo de observação dos efeitos da imunização ainda é baixíssimo. Após ser questionado sobre a validade do uso de uma comparação de dados distintos, o médico não respondeu mais.<sup>13</sup>

Com esse enunciado, há a simulação do “outro lado”, que aparece e coloca o enunciado

<sup>12</sup> Fonte: Postagem pública em site de *Aos Fatos*. Disponível em: <<https://www.aosfatos.org/noticias/e-falso-que-coronavac-pode-matar-mais-que-covid-19-medico-faz-comparacao-enganosa/>>. Acesso em: 20 set. 2021.

<sup>13</sup> Fonte: Postagem pública em site de *Aos Fatos*. Disponível em: <<https://www.aosfatos.org/noticias/e-falso-que-coronavac-pode-matar-mais-que-covid-19-medico-faz-comparacao-enganosa/>>. Acesso em: 20 set. 2021.

do neurocirurgião na dissipação e na ocultação do que deve ser esquecido. Notemos que a agência evoca a voz do médico para desmoralizar e tentar sustentar o discurso com valor de verdade. Ao dizer que “o médico não respondeu”, *Aos Fatos* coloca em dúvida a legitimidade do dizer do médico, pois ela até “trocou e-mails com o médico”, mas ele somente produz discursos vazios por não ter argumentos necessários para comprovar o que diz. Isso cria o efeito de sentido de que acreditar no que diz o médico é sinônimo de erro, insanidade, pois não se há evidências para isso, e qualquer outro saber – o tempo de observação dos efeitos da imunização ainda é baixíssimo – não pode ser tido como verdadeiro. E com essa coragem de dizer, ou melhor, com uma vontade da verdade, *Aos Fatos* inscreve-se em um discurso crítico e de desqualificação do médico.

### **Entrelaçando algumas considerações**

A cada análise realizada, podemos constatar que, no *corpus* selecionado, identificamos mecanismos estratégicos para cada um construir sua vontade de verdade sobre a vacinação da COVID-19, na pandemia.

Acreditamos que as agências de *fact-checking* entram em uma ordem discursiva para afirmar ou reafirmar informações sobre o tema da vacinação. E, portanto, os enunciados da antivacinação da Covid-19, que não fazem parte dessa ordem, devem ser interditados. Assim, *Aos Fatos* busca trazer as vozes institucionais (Ministério da Saúde e Proteção Social, Fiocruz) para interditar o discurso antivacina e para fazer prevalecer quem pode falar, o que pode ser dito.

Para isso, ao falar, o sujeito-enunciador de *Aos Fatos* recorre, taticamente, à ciência, a qual dá respaldo ao posicionamento do enunciador jornalístico em relação ao tema da vacinação. Assim, busca relacionar sempre o melhor especialista da esfera médica para contra-argumentar o que foi dito no enunciado considerado *fake news*, criando um efeito de verdade. Estrategicamente, unem-se as vozes jornalísticas e médica como uma vontade de verdade que seja capilar, na tentativa de excluir e controlar o que não esteja dentro dos saberes científicos. Dessa forma, estão respaldados pelo saber médico o qual autentica e valida o discurso pró-vacinação. Além disso, é possível perceber que o discurso jornalístico materializa *hiperlinks* para estabelecer uma verdade-demonstração, por meio da qual a agência desestabiliza os sentidos construídos contrários à vacinação.

E nessa rede constituída de enunciados, as postagens que contêm enunciados contrários à vacinação, como verdade-acontecimento, são interdidas por serem insuficientes para afirmar algo dentro do verdadeiro sobre a vacinação em tempos de pandemia.

Distinguindo-se de outros enunciados midiáticos, as *fake news* não obedecem às regras de aparição, apenas irrompem no espaço da *web* e, em curto espaço de tempo, são interdidas pelas ferramentas de checagem e por uma vontade de verdade que emerge desse mecanismo de verificação.

Vemos, então, de fato, ocorrer uma polêmica, em que ambos os posicionamentos dos sujeitos discursivos (vacinação/antivacinação) travam uma "batalha" discursiva em busca da legitimação de sua posição e da obtenção, para si e para seu discurso, de um regime de verdade. Assim, propomos para análises futuras observar esses enunciados, que, para nós, formam uma polêmica discursiva. E não somente tais enunciados, mas também a rede discursiva que se forma a partir deles, como os comentários feitos sobre estes por usuários das redes sociais.

## Referências

CARVALHO, Mariana Freitas Caniello de; MATEUS, Crislielle Andrade. **Fake News e desinformação no meio digital**: análise da produção científica sobre o tema na área de ciência da informação. V ENCONTRO REGIONAL DOS ESTUDANTES DE BIBLIOTECONOMIA. Belo Horizonte: UFMG, 2018. Disponível em: <<https://periodicos.ufmg.br/index.php/moci/article/view/16901/13660>>. Acesso em: 1 nov. 2021.

COURTINE, Jean-Jacques. O mentir verdadeiro. In: SWIFT, J. **A arte da mentira política**: atribuído a Jonathan Swift. Tradução Mónica Zoppi-Fontana e Roberto Leiser Baronas. Campinas: Pontes, 2006.

FERNANDES, Cleudemar Alves. **Análise do discurso**: reflexões introdutórias. 2. ed. São Carlos: Editora Claraluz, 2008.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica de poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FOUCAULT, Michel. **A verdade e as formas jurídicas**. Tradução Roberto Cabral de Melo Machado e Eduardo Jardim Moraes. Rio de Janeiro: NAU Editora, 2002.

FOUCAULT, Michel. **O poder psiquiátrico**. Curso do Collège de France (1973-1974). Tradução Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução Laura Fraga de Almeida Sampaio. 24. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

LACERDA, Gustavo Haiden; DI RAIMO, Luciana Cristina Dias. **A (pós-)verdade na filosofia e nos estudos do discurso**. Disponível em: <[https://seer.uenp.edu.br/index.php/claraboia/article/view/1795/pdf\\_1](https://seer.uenp.edu.br/index.php/claraboia/article/view/1795/pdf_1)>. Acesso em: 13 out. 2021.

SANTAELLA, Lucia. **A pós-verdade é verdadeira ou falsa?** Barueri: Estação das Letras e Cores, 2019.

VEIGA-NETO, Alfredo. A Didática e as Experiências de Sala de Aula: uma visão pós-estruturalista. **Educação e Realidade**, Porto Alegre: UFRGS, v. 21, n. 2, p. 161-175, jul.-dez. 1996.

ZOPPI FONTANA, Mônica Graziela. Pós-verdade e enunciação política: entre a mentira e o rumor. In: CURCINO, L.; SARGENTINI, V.; PIOVEZANI, C. (Orgs.). **Discurso e (pós)verdade**. São Paulo: Parábola, 2021.

Recebido em: 16 de agosto de 2022

Aceito em: 23 de dezembro de 2022